

Entre vencedores e perdedores: uma análise multinível das elites do PT e PSDB em face do desempenho eleitoral.

Luís Gustavo B. Locatelli¹

Brina Deponte Leveguen²

Fabiana Cristina dos Santos de Souza³

Resumo: Os incentivos provenientes da arena eleitoral apresentam substantivo impacto no equilíbrio organizacional dos partidos políticos, especialmente considerando a conformação da coalizão dominante (Janda e Harmel, 1994, Panebianco, 2005). Ademais, países federativos, que possuem organizações partidárias multinível, propiciam analisar comparativamente tais efeitos na esfera nacional e regional. Diante disso, o objetivo é analisar comparativamente a composição dos dirigentes partidários nacionais e no estado de São Paulo, a partir das composições das executivas do PT e do PSDB em perspectiva longitudinal: desde a fundação até a composição mais recente. A finalidade é verificar o impacto do sucesso eleitoral na composição das executivas nacionais e estaduais, via índices de sobrevivência da coalizão dominante, elaborado por Schoenfeld (1980). Também são analisados o perfil predominante das cúpulas nos diferentes níveis, a fim de comparar os critérios endógenos de recrutamento e de mudança das elites, verificando a proeminência dos militantes, burocracia partidária ou dos mandatários (*public-office*). Hipóteses: 1) Elites vencedoras são premiadas e continuam a ocupar cargos nas executivas, apresentando maior estabilidade na composição ao longo do tempo. Assim sendo, a executiva estadual do PSDB apresenta maior estabilidade no nível estadual, pois distintamente do cenário nacional, São Paulo é o estado com mais tempo sem alternância partidária – sob governo tucano desde 1995. No caso petista, ocorre precisamente o oposto, em razão dos sucessos eleitorais recorrentes no nível nacional desde 2002. 2) Dado o modelo originário e o desenvolvimento partidário mais centralizado, o PT tende a possuir executivas menos parlamentarizadas em ambos os níveis, com presença de militantes.

Palavras-chave: PT; PSDB; elites dirigentes; Comissões executivas nacionais e estaduais, Desempenho eleitoral.

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Email: l.g.b.l@hotmail.com

² Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, possui bolsa FAPESP (2016/22897-0). Email: brinadl@hotmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, possui bolsa FAPESP (2016/03019-2). Email: fabianasouza992@gmail.com

1. INTRODUÇÃO E DEBATE TEÓRICO

O funcionamento da democracia representativa liberal está intimamente vinculado aos partidos políticos, como observaram Eldersveld e Maverick (1983, p.11): “for parties are linkage structures, not only connecting the citizen to the policy Elites, but playing much broader integrating roles in political communication, socialization, recruitment, and conflict management processes of modern societies”. Nesse sentido, os partidos são essenciais na articulação e representação dos diferentes interesses sociais, responsáveis pela apresentação de programas à sociedade, organização de campanhas, recrutamento e socialização das elites políticas. Assim, atuam moldando as preferências eleitorais e a competição política, além de estruturarem a formação e a organização de governos. Na interface direta com a sociedade, determinados partidos podem desempenhar as funções de *linkage*, que envolve a integração, participação e socialização dos cidadãos ao longo do processo de agregação dos interesses e representação política (DALTON e WATTENBERG, 2002; VAN HAUTE e GAUJA, 2015).

A finalidade dessa análise é verificar os impactos dos incentivos provenientes da arena eleitoral no equilíbrio organizacional dos partidos políticos, especialmente considerando a conformação da coalizão dominante, ou seja, a elite dirigente dos partidos. (JANDA e HARMEL, 1994, PANEBIANCO, 2005). A questão central é verificar se semelhante e seguido desempenho eleitoral na disputa para o Executivo produz *stumili* capaz de promover alterações na coalizão dominante dos partidos políticos. Diante disso, o objetivo é analisar comparativamente os dirigentes partidários nacionais e no estado de São Paulo, a partir das composições das executivas do PT e do PSDB em perspectiva longitudinal em face do desempenho eleitoral de ambos os partidos na disputa para Presidência da República e governador do estado. Tendo em vista que em países federativos, detentores de organizações partidárias multinível, é possível analisar comparativamente tais efeitos na esfera nacional e estadual (FABRE, 2011).

Partidos políticos como organizações extraparlamentares são dinâmicos, normalmente assumem múltiplas formas e, analogamente a outros tipos de organizações, experimentam transformações ao longo do tempo (HARMEL, 2002; GAUJA, 2017). Os processos de mudança organizacional são síntese da alteração de arranjos prévios minimamente estáveis (ou em equilíbrio), induzidos pela variação de fatores estruturantes, tais como: obtenção e alocação dos recursos internos (materiais e

humanos); relações com atores, instituições e organizações extrapartidárias relevantes; conformação do processo decisório e da hierarquia interna, linha política, ideologia e território de caça, etc. (POGUNTKE, SCARROW e WEBB, 2016).

Como observam (Janda e Harmel, 1994, p.261): “parties are conservative organizations and resist change”. Devido à relevância analítica dos processos de mudança, frequentemente desconsidera-se sua natureza ocasional, normalmente proteladas por vetores relevantes de inércia, que impõem consistentes adversidades no empreendimento de alterações em organizações complexas (HARMEL, 2002; HARMEL e JANDA, 1994). Ainda como observa Harmel *et al* (1995), o sucesso e a abrangência dos processos de mudança implica na construção de uma coalização de interesses dos grupos internos e, conseqüentemente, no papel relevante das lideranças – coalizões minoritárias ou majoritárias.

De acordo com Gauja (2017, p.6), distinguem-se três vertentes analíticas de mudança organizacional, que basicamente se diferenciam pelo escopo da análise, nível de abstração e a variação da relevância atribuída à diferentes variáveis independentes e intervenientes como indutoras dos processos de mudança: 1-) análises que procuram identificar os elementos generalizáveis da mudança organizacional com base em delineamentos de pesquisa comparativos (PANEBIANCO, 2005; HARMEL e JANDA, 1994); 2-) análises centradas em poucos ou apenas um caso, normalmente no mesmo sistema partidário; 3-) análises centradas em apenas um aspecto da mudança, relativas uma função; recursos órgão ou instância partidária; exemplo: seleção de candidatos ou o comportamento e a participação da *party membership* (WHITELEY, SAYD e RICHARDSON, 1994).

Além da diversidade do escopo analítico, as variáveis também são distintamente ponderadas pela capacidade de promover mudanças, resultando em diferentes *approaches* teóricos-explicativos sobre a dinâmica organizativa. De acordo com Harmel (2002), a primeira abordagem nfatiza a tendência de concentração de poder nas organizações partidárias – *life cycle effects* – tal como o descrito pela “lei de ferro da oligarquia” de Robert Michels. As organizações, inclusive os partidos políticos, apresentam tendência à formação de oligarquias: minoria dirigente restrita que controla o processo decisório – a “agência” na perspectiva de Michels é reduzida e localizada nas mãos das próprias lideranças partidárias, que possuem interesses homogêneos, fundamentados no fortíssimo senso de auto-preservação. Assim, a ênfase é deslocada de modo quase que exclusivamente para os indutores endógenos de transformação

organizacional, porém dentro de uma abordagem “fatalista” da dinâmica organizativa.

Aqueles a quem em dado momento foi entregue uma delegação de poderes continuam ininterruptamente a exercer essas funções, desde que não haja determinações estatutárias em contrário ou que não ocorram acontecimentos extraordinários que o impeçam (MICHELS, 2001, p. 75).

O processo de oligarquização é caracterizado pela “substituição dos fins”; os dirigentes deixam de representar os interesses dos liderados e tem como foco a conservação das suas posições de poder. Dessa forma, para Michels (2001), quanto maior a estabilidade nos cargos, maior a influência e independência dos dirigentes. Nesse sentido, “oligarquização significa autonomização da direção nacional e redução do *accountability* interno, ou seja: fortalecimento da cúpula *vis-à-vis* os filiados de base” (RIBEIRO, 2010, p. 227).

Na perspectiva de Panebianco (2005), a tendência à oligarquização é evidenciada principalmente pela baixa rotatividade nos órgãos de cúpula, caracterizando uma quase ausência de troca dos membros que controlam as principais “zonas de incerteza” da organização, que administram os recursos fundamentais para sobrevivência organizativa. Tais *atouts*, na verdade, são geridos pela coalizão dominante objetivando a manutenção da estabilidade, cujo controle possibilita cristalização de determinada hierarquia, através das trocas assimétricas com demais atores nos jogos de poder internos.

Dessa forma, os dirigentes acabam compondo um núcleo relativamente estável, se prolongando nas posições de poder, elemento que resulta no envelhecimento do topo da estrutura hierárquica, havendo renovações e reposições esporádicas, usualmente por cooptação. Ainda de acordo com Michels (2001), a estrutura delegativa está no centro da aparência democrática, o uso do voto indireto elege os delegados e estes, posteriormente, votam nos membros para as instâncias superiores. Outro artifício bastante comum é a utilização de chapas únicas, na maioria dos partidos apenas uma chapa se inscreve, portanto, os delegados não votam plenamente, mas sancionam a decisão. “A eleição deveria impedir o nascimento de uma oligarquia; de fato, parece antes favorecê-la. As massas são naturalmente conservadoras; apegam-se elas aos seus velhos chefes, desconfiam de novas fisionomias” (DUVERGER, 1970, p. 188).

O segundo *approche* enfatiza as convergências, que envolvem tendências de regularidade na conformação das regras internas, estratégias e recursos em

determinados contextos históricos. Tal perspectiva resultou em diversos tipos-ideais de organizações partidárias, com a alteração da preponderância de determinado fator ou arranjo de fatores como estruturantes nas diversas conjunturas históricas. Os múltiplos modelos de organização partidária – partido de massas, *catch-all*, profissional-eleitoral e cartel – refletem hipóteses de certa convergência entre as organizações, produzindo um equilíbrio organizativo com o ambiente num determinado momento via processos de adaptação (Harmel, 2002, p.122 e 124).

As variáveis ambientais são preponderantes e capazes de engendrar profundas mudanças, que em face da competição política, constroem outras organizações partidárias à compartilharem relevantes semelhanças, através de um processo de adaptação seletiva. Como ponderam Scarrow e Webb (2017,p.6):

To be sure, those initially wrote about this these types tended to be quite clear about the limitations of their generalizations, but subsequent users of these categories have often ignored their original caveats. Yet when the classic overarching models of parties organization are treated as empirical realities, or when expectations are based on assumptions about sequences of modal party types, these models serve obscure as much of the reality as they illuminate.

E finalmente, o último *approche* analítico está centrado na compreensão dos elementos produtores de diferenças entre as organizações partidárias: a ideia de “contágio” exposta nas análises clássicas não foram corroboradas pelas pesquisas empíricas. Apesar das semelhanças, organizações partidárias também apresentam diferenças sob as mesmas condições ambientais. Panebianco (2005), propõe uma compreensão histórico-comparativa para analisar tais variações; tal análise centra-se na interação entre os fatores ambientais e os estímulos de inércia, produto do modelo originário e das escolhas progressas – *path dependence*. Nesse sentido, diferenças não se dão de modo randômico, mas são consequências da origem e trajetória das próprias organizações. (Harmel, 2002, Panebianco, 2005).

Ainda de acordo com Panebianco (2005), a fim de manter o equilíbrio organizativo, os partidos distribuem incentivos internamente para garantir a participação. A conformação do sistema de incentivos oscila no tempo e em cada partido, tal variação é amparada pelas distintas trajetórias institucionais, além de situações conjunturais provocadas pelas alterações ambientais e os jogos de poder internos. Os incentivos coletivos e seletivos são contraditórios entre si, mas ambos desempenham funções complementares à manutenção do equilíbrio organizativo. Os

incentivos seletivos estão intrinsecamente entrelaçados à constituição da hierarquia organizacional e à manutenção do poder pelas elites.

Por outro lado, o contrapeso funcional imediato dos incentivos seletivos são os coletivos, normalmente atuam como limitantes no cenário de trocas materiais, ou apenas justificam aos olhos de muitos – inclusive dos próprios beneficiários – a vantagem recebida. Esse tipo de incentivo tem peso relevante na “articulação dos fins”, cuja dinâmica ocorre tanto via flexibilização dos objetivos oficiais, que são suavizados e compõem um *blend* com as imposições típicas de um sistema orgânico; tais como sobrevivência, coesão, coerência interna, competitividade e fortalecimento organizacional. Os incentivos coletivos derivam do importante papel da ideologia no modelo de transformação organizativa proposto por Panebianco que, além de delimitarem o “território de caça” dos partidos, contribuem para manter as lealdades organizativas.

A manutenção do equilíbrio organizativo, passa pela administração dos incentivos organizacionais, que dependem do controle das zonas de incerteza dentro do partido por meio das lideranças – a coalizão dominante. Panebianco (2005) caracteriza o total de seis: 1-) A primeira seria a competência, no sentido de um saber especializado, tornando o membro “indispensável” para a organização. 2-) A segunda zona é a relação com o ambiente, pois possuem controles limitados de ação e algum grau de imprevisibilidade. 3-) A terceira é a comunicação, a maneira pela qual são recebidas e repassadas informações. 4-) A quarta é o controle das regras formais, por definir, interpretar e manipular as regras, administrando confrontos entre os agentes organizativos. 5-) A quinta é o financiamento, a maneira pela qual o dinheiro é obtido e circula internamente. 6-) O sexta e última zona é o recrutamento, decidir quem faz ou não parte da organização, e a administração dos incentivos seletivos.

o grau de coesão define se as trocas verticais (as trocas elite-seguidores) estão concentradas em poucas mãos ou dispersas entre uma pluralidade de líderes. Por sua vez, o grau de estabilidade diz respeito às trocas horizontais (às trocas elite-elite), em particular ao caráter estável ou precário dos acordos no vértice da organização. Tendencialmente, uma coalizão dominante coesa é também uma coalizão estável (Panebianco, 2005, p.76)

Ainda para Panebianco (2005), os processos de mudança organizacional e de alteração do equilíbrio organizativo ocorrem prioritariamente por fatores externos ou ambientais. Portanto, as chances de mudanças são inversamente proporcionais à

estabilidade da coalizão dominante. Tais fatores ambientais (ou também tecnológicos) induzem a transformação dos aspectos internos, ponderados os elementos de inércia, especialmente os vinculados ao modelo originário – lideranças podem propor mudanças; cooptarem líderes emergentes e propor reformas; ou ainda serem substituídas por novas elites reformistas. Embora utilize a distinção interno e externo, propondo uma teoria integrada; o autor privilegia fatores externos como indutores da mudança organizacional. Entretanto, submetidos aos mesmos estímulos, partidos podem apresentar resultados e processos não necessariamente convergentes de mudança.

Outra perspectiva relevante é a “*teoria da performance*” proposta por Kenneth Janda (1990), que adota uma perspectiva eleitoralmente orientada sobre os processos indutores da mudança organizacional. Segundo o autor, o baixo desempenho eleitoral é “the mother of the party change” (JANDA, 1990, p.5) – partidos são *vote-seeking* e almejam ganhar eleições como o principal objetivo, evitando a possibilidade de falhar promovem alterações nas estruturas internas. O desdobramento de tal perspectiva, encontra-se em Janda e Harmel (1994), que ampliam o *range* de objetivos oficiais dos partidos, e argumentam que a mudança organizacional pode abranger tanto elementos externos como apenas internos (HARMEL, 2002). Assim, uma das inovações é a possibilidade de considerar somente os processos endógenos como indutores de mudança e produtores de diferenças entre os partidos. Segundo os autores: “most statements about party change have given little attention to the parties’ own decision-making processes in effecting organizational change”. (HARMEL e JANDA, 1994, p.261).

Em tal perspectiva, as lideranças adquirem papel fundamental na proposição de inovações, assim como na construção de coalizões e suporte interno para sua implementação – no limite contribuindo decisivamente para moldar o próprio partido, aumentando a agência dos atores organizacionais na produção dos distintos resultados – um tipo de análise que também contempla os microfundamentos da mudança, através das diferentes opções das lideranças (Harmel, 2002). Os líderes (*party decision-makers*) podem antever a incapacidade do partido em conquistar seus objetivos e propor mudanças ou em face de um choque externo atuar como filtro, propondo também novos caminhos para o futuro, sempre considerando cálculos de custo-benefício, assim como as condições de manutenção das suas posições.

Em síntese, e seguindo os apontamentos de Harmel (2002), que assinala para necessidade de construir proposições e modelos empiricamente falseáveis, e que

contemplem e combinem variáveis endógenas, tais como: o modelo originário, papel lideranças, estrutura decisória e a participação de outros atores. Tanto quanto variáveis exógenas, como: moldura institucional, variáveis sociopolíticas e conjunturais. Por esse ângulo, ainda segundo Harmel (2002, p.128), os processos de transformação normalmente combinam decisões dos atores (agência) – principalmente das lideranças – e elementos ambientais, que estimulam e delimitam o quadro de alternativas, produzindo efeitos esperados e inesperados.

Diante disso, e considerando a centralidade de dois fatores razoavelmente constantes na literatura sobre mudança organizacional: o primeiro exógeno, o desempenho eleitoral, como um dos principais ou o principal *stimuli* ou choque externo sobre a organização. O segundo endógeno, o papel central das lideranças no processo de mudança organizacional, visto que são responsáveis pelas estratégias e decisões partidárias, principalmente empreendendo modificações, estratégias de cooptação e reformas, ou ainda sendo substituídas por coalizões minoritárias. O objetivo é analisar comparativamente a variação da composição dos órgãos de cúpula e das lideranças diante do desempenho eleitoral – no limite, testando a “teoria do desempenho” – e assumindo provisoriamente: os partidos podem ter muitos objetivos, mas o principal é ganhar eleições (JANDA,1990).

Conforme destaca Ribeiro (2013), os órgãos de cúpula são os principais responsáveis no processo de coagulação do conflito político. Por conseguinte, em nossa perspectiva, o fraco desempenho eleitoral apresenta elevada capacidade de desencadear dinâmicas conflitivas, gerar questionamentos e aumentar a pressão por mudanças nas posições de lideranças, que controlam zonas de incertezas cruciais à sobrevivência das organizações.

Se os partidos brasileiros são agentes centrais ao menos no processo legislativo, na organização e sustentação dos governos, e na ocupação de espaços na burocracia pública (ou seja: nas funções procedimentais), conhecer os membros que comandam seus órgãos centrais se mostra um problema de pesquisa válido (2014, p.124).

No Brasil, a competição política pelo poder Executivo Nacional tem sido organizada desde 1994 por dois partidos: PT e PSDB, algo que, segundo parte da literatura, estabeleceu dois polos no processo de competição eleitoral – principalmente para os cargos majoritários nos âmbitos federal e estaduais (LIMONGI e CORTEZ, 2010). Outro elemento fundamental na conformação das organizações partidárias no

Brasil é o impacto do federalismo, produzindo organizações multinível via replicação das estruturas federativas pelos partidos, com os mesmos órgãos em âmbito nacional, estadual e municipal (DESCHOUWER 2006; FABRE, 2011). Tal cenário, aliado à proibição de partidos não nacionais, assim como a simetria institucional entre os níveis – regras eleitorais e sistema político – favorece tanto comparações no mesmo nível federativo como entre âmbitos distintos (FABRE e RIBEIRO, 2016).

Diante disso, o objetivo é analisar comparativamente os dirigentes partidários nacionais e no estado de São Paulo, a partir das composições das executivas do PT e do PSDB em perspectiva longitudinal: desde a fundação até a composição mais recente. A finalidade é verificar o impacto do desempenho eleitoral (sucesso e fracasso) na composição das executivas nacionais e estaduais, via índices de sobrevivência das lideranças – indicador de Schoenfeld (1980). Considera-se que eventuais modificações evidenciadas pelas alterações na formação dos órgãos de cúpula, como uma relevante indicação da alteração nos arranjos de poder intrapartidários e desencadeadores de outros processos de mudança, tal qual propõe Panebianco (2005).

Além disso, serão analisados os perfis predominante das cúpulas nos diferentes níveis, a fim de comparar possíveis critérios endógenos de recrutamento e de mudança das elites, analisando a proeminência dos militantes, da burocracia partidária ou dos mandatários (*public-office*). Desse modo, facultando delinear de qual face possíveis lideranças minoritárias emergem, além de permitir mapear o *locus* de maior pressão reformista frente à derrotas.

HIPÓTESES:

1) Dado o modelo originário e o desenvolvimento partidário mais centralizado, o PT tende a possuir executivas menos parlamentarizadas em ambos os níveis, com presença de militantes. Diante do baixo desempenho eleitoral no estado de São Paulo, a proporção de militantes na executiva tende a aumentar ao longo do tempo como resposta à pressões das bases em relação ao nível nacional. A análise diacrônica do perfil prévio dos componentes dos órgãos, seguindo a tipologia proposta por Katz-Mair (1994)⁴, permitirá identificar na balança de poder interno de qual face emergem as pressões mais contundentes (e os líderes) por mudanças diante das derrotas eleitorais: *public-office* ou *grass-roots face*.

⁴ Teoria derivada também do trabalho clássico de V.O.Key (1964)

2) Elites vencedoras são premiadas e continuam a ocupar cargos nas executivas, apresentando maior estabilidade na composição ao longo do tempo. Assim sendo, a executiva estadual do PSDB apresenta maior estabilidade no nível estadual, pois distintamente do cenário nacional, São Paulo é o estado com mais tempo sem alternância partidária – sob governo tucano desde 1995. No caso petista, ocorre precisamente o oposto, em razão dos sucessos eleitorais recorrentes no nível nacional desde 2002 e as derrotas sucessivas no âmbito estadual. Nesse sentido, propomos uma comparação cruzada entre partidos e níveis das organizações partidárias.

Primeiramente, discutiremos a fundação e a trajetória do PT e PSDB e os seus impactos nas respectivas organizações. Em seguida hipótese I, acerca de eventuais alterações no perfil dos membros das executivas nacionais e estaduais em razão dos fracassos eleitorais, mapeando comparativamente de qual face (*public-office* ou *grass-roots face*) emergem as maiores pressões para assumir o controle do partido frente às derrotas sucessivas, tanto em relação ao governo de São Paulo como a Presidência da República. E, por último, a hipótese II, verificando a validade da “*teoria do desempenho*”, por meio da observação do impacto da performance eleitoral dos partidos sobre a composição das executivas em diferentes níveis (JANDA,1990).

2. ORIGEM E TRAJETÓRIA DOS PARTIDOS.

A trajetória do PMDB é fundamental para compreender a fundação do PSDB. O partido surge como desdobramento do PMDB já na República de 1988, seus membros fundadores foram figuras proeminentes e combativas durante o processo de redemocratização. O partido tem origem derivada do fim do “representamento institucional” imposto pela ditadura militar e o rumo assumido pelo PMDB na no governo Sarney. A origem do PSDB está ligado a dois fatores amplos: o primeiro *ideológico* e de valores e o segundo *pragmático*, vinculado aos arranjos de forças parlamentares e às disputas estaduais.

A dimensão ideológica é um elemento central da gênese partidária dos tucanos, o papel de frente exercido pelo PMDB acabou aglutinando os setores descontentes com o partido do regime pelos mais sincréticos motivos. Dentre esses atores, apoiavam o regime militar anteriormente, optando pelo entrincheiramento na oposição por casuismo eleitoral (KINZO, 1989). Isso culminou em desagavos de alguns “pemedebistas”

históricos, que foram obrigados a disputar com adversários políticos e ideológicos no mesmo bloco político.

O caso mais importante foi a ascensão do grupo de Orestes Quércia em São Paulo, que deslocou a posição de comando do grupo de Mário Covas, então líder do PMDB no Senado. O descolamento do PSDB aconteceu no auge do profundo desgaste gerado pelo conflito entre “parlamentaristas” e “presidencialistas” durante o processo constituinte, inflacionado pela situação do presidente Sarney, que enfrentava, coetaneamente, o agravamento do cenário de crises econômicas e política, além de tentar emplacar um mandato de cinco anos. Os setores históricos do MDB, aliada a esquerda democrática concentrada no MUP (movimento unificado progressista) deixaram o partido e fundaram o novo partido (MARQUES e FLEISCHER, 1996).

A segunda dimensão, de acordo com Roma (2002; 2006), é a pragmática, vinculada ao reduzido espaço no PMDB, alijados tanto em termos de cargos no executivo como de recursos no partido, eles vislumbraram o comprometimento das suas posições de poder nos próximos pleitos.

Os argumentos ideológicos e os pragmáticos são usualmente postos como excludentes ou opostos, em contraposição, é possível avaliar ambos como complementares: traçar um quadro puramente ideológico do surgimento do PSDB seria irrealismo, principalmente advindo de um partido com origem parlamentar em momento de mudança institucional. O oposto também é pouco provável, dado à dimensão que o PSDB assumiu a apologia de certas concepções ideológicas e reformistas.

Conforme propõe Roma (2002; 2006) o PSDB desenvolveu uma estrutura organizacional descentralizada, que assegurava ampla autonomia às esferas estaduais e locais. O partido se adequou buscando maximizar os dividendos eleitorais em ambos os níveis: o nível local pode selecionar candidatos, fazer alianças e traçar estratégias sem maiores interferências dos outros níveis. A autonomia decisória nos assuntos locais é trocada pela liberdade da cúpula no âmbito nacional.

Ainda segundo Roma (2006), o desenho organizativo está intrinsecamente vinculado ao modelo originário parlamentar do partido. Os militantes do PSDB não possuem capacidade de exercer controle efetivo sobre as lideranças, particularmente no âmbito nacional. A *public office* coordenou integralmente a expansão organizativa e adotou estratégias de concretização da sua proeminência. Desse modo, o partido prioriza a arena eleitoral e dispõe de baixos incentivos para desenvolver a *party on ground*.

Nos últimos anos, após longo período na oposição ao governo federal, o PSDB ampliou o processo de centralização, com crescimento das prerrogativas formais e efetivas dos órgãos de cúpula nacionais atuando sobre as decisões de estados e municípios. Tal fortalecimento, também aumentou o prêmio das disputas intrapartidárias entre as facções, fomentando o conflito interno, algo que estimulou o crescimento da participação das bases. Tal constatação, pode ser evidenciada pelos ganhos de direitos dos órgãos de militância de ter voto e voz nas executivas em diversos níveis, tal qual pelos processos de prévias em cidades relevantes como São Paulo (RIBEIRO,2010).

O PT o Partido dos Trabalhadores ainda é caracterizado como uma inovação na política brasileira, dentre outras razões, pois se notabilizou em erigir densos vínculos de identidade e mobilização com os cidadãos de estratos sociais mais baixos. Oriundo dos sindicatos, o partido amalgamou organizações de variados matizes: parte da igreja católica via ação pastoral das CEB(s) (comunidades eclesiais de base); setores da esquerda organizada “retornando” da resistência armada ao regime militar; estudantes e dissidentes do (P)MDB.

O PT é caracterizado como o mais próximo ao modelo duvergeriano de partido de massas (SAMUELS, 2004; AMARAL,2010). De acordo com Samuels:

The PT fits Katz and Mair's (1995) description of a “mass” party perfectly: It was founded Externally to the legislature; it has a relatively large membership; there is a strong mobilizational element to its organizational and campaign work; its campaigns are highly labor intensive; much of its resources come from members' fees, not public coffers; it has well-established channels of internal communication; it possesses an institutionalized, hierarchical structure linking local to state to national organizations in which decisions at higher levels supersede those taken at lower levels; and it can and does discipline its members and legislators (2004, p.1001).

Os dois maiores diferenciais da organização petista eram: as estruturas dos Encontros, instância deliberativa máxima do partido, e os núcleos de base, unidades básicas da organização partidária, logo incorporados com a finalidade de promoção da socialização e participação política da militância, como uma herança da mobilização católica. O PT sofreu transformações importantes, principalmente nos últimos vinte e um anos (desde 1995) que se acentuou após a chegada ao poder em 2003. O partido não apenas assumiu posições centristas e pragmáticas diante do eleitorado, como promoveu reformas internas importantes, como a implementação do PED (Processo de Eleições

Direitas) para eleições dos seus dirigentes, flexibilizou a estratégias de coligação, diminui barreiras de filiação, etc, Assim, tornou-se uma poderosa máquina política, profissionalizada, altamente competitiva eleitoralmente (SAMUELS, 2004; RIBIERO, 2010).

3. METODOLOGIA E RESULTADOS

3.1 A presença da public-office

No Brasil, é obrigatório que todo partido seja nacionalizado, ou seja, não é permitido que partidos funcionem de modo regionalizado. Dessa forma, todo partido político brasileiro possui órgãos dirigentes nos três níveis administrativos da federação (embora não atuem necessariamente em todos os estados e cidades).

O trabalho opta pela escolha das Comissões Executivas⁵, embora os Diretórios sejam, em tese, os órgãos dirigentes mais importantes no partido. Na prática, no entanto, apesar dos Diretórios terem como atribuição decidir sobre os temas mais importantes no âmbito partidário, e inclusive eleger a Comissão Executiva, o número absoluto de membros, podendo ter mais de 200 pessoas, dificulta a reunião.

Além disso, os estatutos do PT e PSDB permitem que as Comissões Executivas exerçam as funções dos Diretórios, como ditar regras sobre candidatos e prorrogar os mandatos dos dirigentes. O recorte engloba todo o período de existência dos órgãos, desde as Comissões Provisórias, até as mais recentes (2014-2015). Os quadros abaixo fazem um panorama sobre as Comissões Executivas:

Quadro 01. Número de membros da Comissão Executiva Nacional

Partido/ Indicadores	PT	PSDB
Número mínimo de membros	11 (Comissão Provisória-1980)	11 (Comissão Provisória-1988)
Número máximo de membros	20 (2014)	31 (2007)

⁵ Ao longo do texto, usaremos a sigla CEN para indicar a Comissão Executiva Nacional e CEE para indicar a Comissão Executiva Estadual.

Média	17	22
Moda	19 (1993, 1997, 2001, 2003, 2005, 2008 e 2010)	13 (1989, 1991 e 1994)
Número de composições analisadas	16	14

Fonte: elaboração própria.

Quadro 02. Número de membros da Comissão Executiva de São Paulo

Partido/ Indicadores	PT	PSDB
Número mínimo de membros	8 (Comissão Provisória-1987)	8 (Comissão Provisória-1989)
Número máximo de membros	31 (2010)	18 (2011)
Média	15	12
Moda	8 (1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1994)	12 (1995, 1997, 1999 e 2001)
Número de composições analisadas	15	15

Fonte: elaboração própria.

A partir desses primeiros dados, percebe-se que no nível nacional, o PSDB possui uma Comissão Executiva com maior número de membros que o PT, fato que pode ser explicado em razão da incorporação, a partir de 2003, pela presença dos ex-

presidentes⁶, com direito a voz e voto. Apesar da moda ser de 13 membros, tal resultado pode ser compreendido pela variabilidade maior no número de membros, geralmente aumentando ou diminuindo 1 ou 2 cargos.

No nível estadual, o resultado é o oposto, com o PT tendo uma maior média de membros que o PSDB. A moda menor é justificada, de um lado, pelo nascimento do partido no estado. E do outro, depois de 1994, pela competição eleitoral: o fato do PSDB ser oposição a nível nacional desde 2003⁷ e o PT a nível estadual desde 1995, fez com que ambos os partidos, nos respectivos níveis aumentassem o número de vagas das Comissões Executivas, para acomodar novas forças, sem a necessidade de rupturas antigos membros saíssem.

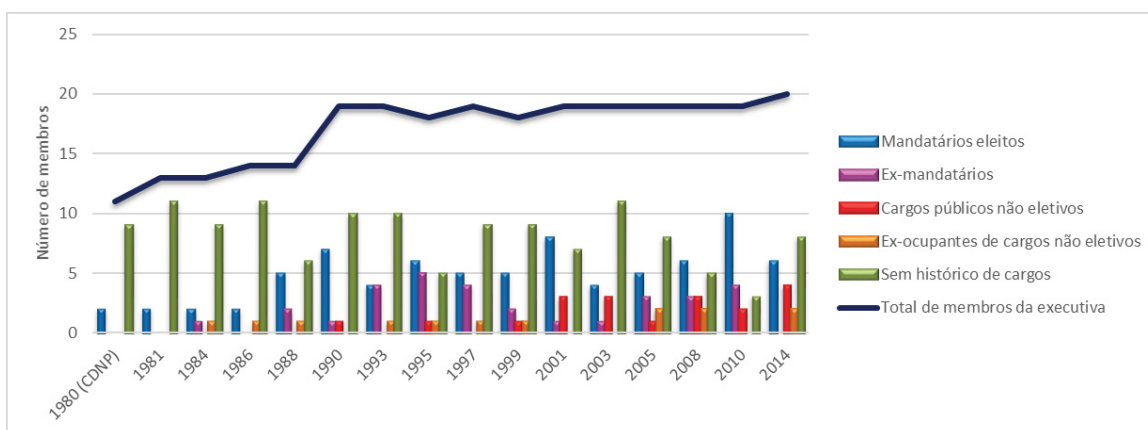
Com base nessa análise exploratória, os dirigentes foram categorizados individualmente em cinco categorias de análise, a fim de mensurar o impacto da *public office* na composição das executivas e avaliar a hipótese I. Os tipos de membros são: **mandatários eleitos** (seja ocupantes de cargos no Executivo ou Legislativo, em qualquer nível da federação); **ex-mandatários** (ex-ocupantes de cargos eletivos); **ocupantes de cargos públicos não eletivos** (cargos que dependeram de indicação, tais como ministros, secretários); **ex-ocupantes de cargos públicos não eletivos**; e membros **sem histórico de cargos** (ou seja, membros advindos da burocracia interna partidária).

Para a análise não foram considerados os líderes da Câmara e do Senado, que são membros natos em todos os partidos e períodos, pois o número de membros no total é pequeno e dois parlamentares influenciariam no resultado final. Além disso, foi considerada a composição eleita, ou seja, não foram consideradas as mudanças entre Encontros. Para membros que ao longo de sua trajetória ocuparam diversos cargos, consideramos o cargo ocupado mais próximo do momento de formação da Comissão. Os resultados encontrados foram:

Gráfico 01. Presença da Public-Office nas CENs do PT

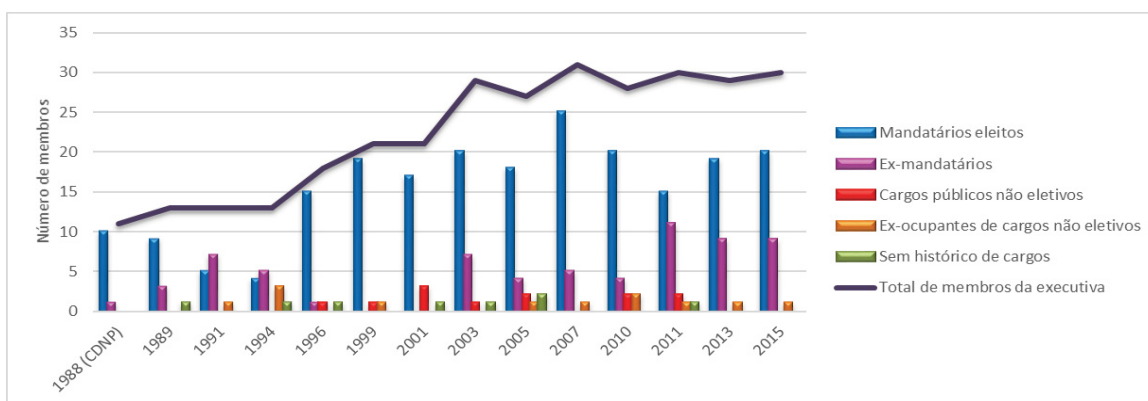
⁶ São 08 membros que possuem a vaga assegurada como ex-presidente: Fernando Henrique Cardoso, Tasso Ribeiro Jereissati, Eduardo Brandão de Azeredo, João Pimenta da Veiga Filho, José Aníbal Peres Pontes, José Serra, Sérgio Guerra (faleceu em 2014) e Teotônio Brandão Vilela Filho.

⁷ Nos resultados não foi considerado o impeachment de Dilma Rousseff (PT), iniciado em dezembro de 2015 e finalizado em agosto de 2016, pois as últimas composições, tanto do PT como do PSDB foram eleitas antes do início do processo.



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 02. Presença da Public-Office nas CENs do PSDB



Fonte: elaboração própria.

Os resultados encontrados no nível nacional demonstram dois perfis de organização, influenciado pelo modelo originário de Panebianco (2005). A trajetória do PT foi baseada, principalmente nos primeiros anos do partido, em uma relação forte com a sociedade civil. Já o PSDB, desde a origem, fundado por parlamentares o controle do partido pela *public-office*.

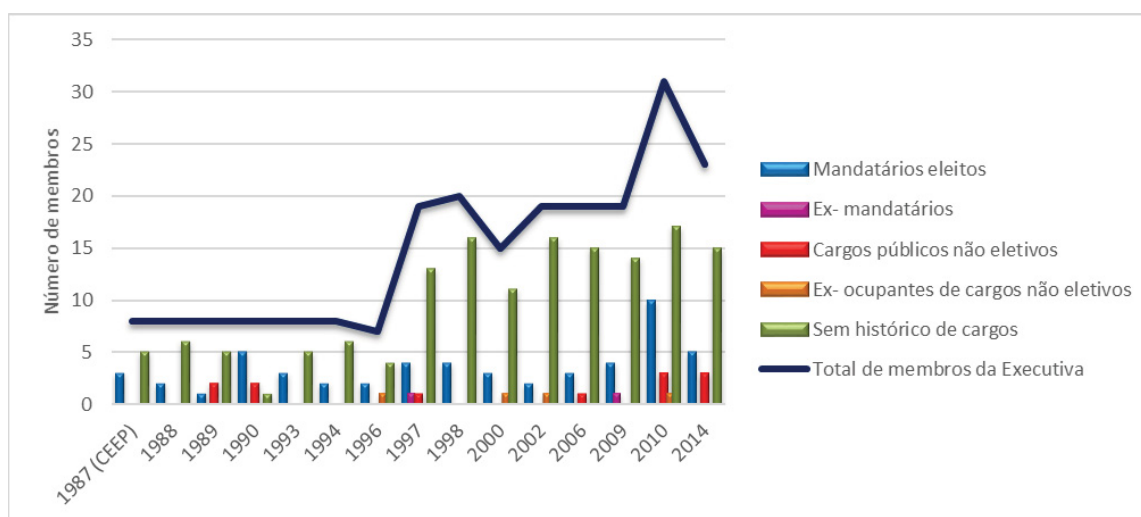
Os dados das Comissões Executivas Nacionais demonstram esse padrão. O PT possui uma maior porcentagem de membros advindos da burocracia interna partidária, não apresentando um histórico de cargos eletivos ou por indicação. No entanto, quando o partido conquista à Presidência da República em 2003, ocorre uma alteração em tal padrão: diminuindo, apesar de ainda expressivo, o número de membros que faziam parte da organização interna e aumentando o número de dirigentes com cargos eletivos e também não eletivos.

Com isso, é possível perceber como o ganho da eleição para o Executivo nacional impactou na composição. O acesso aos recursos estatais, tais como a nomeação

para cargos como ministros, resultou no aumento de membros com cargos não eletivos dentro do órgão dirigente partidário. No caso do PSDB, a grande maioria dos membros são mandatários, com uma presença reduzida de membros sem histórico de cargos, que advêm da burocracia partidária. Desde 2003, com a perda do Executivo federal na eleição de 2002, o partido apresenta um aumento de ex-mandatários. Portanto, parcela da elite derrotada migra para os órgãos cúpula do partido.

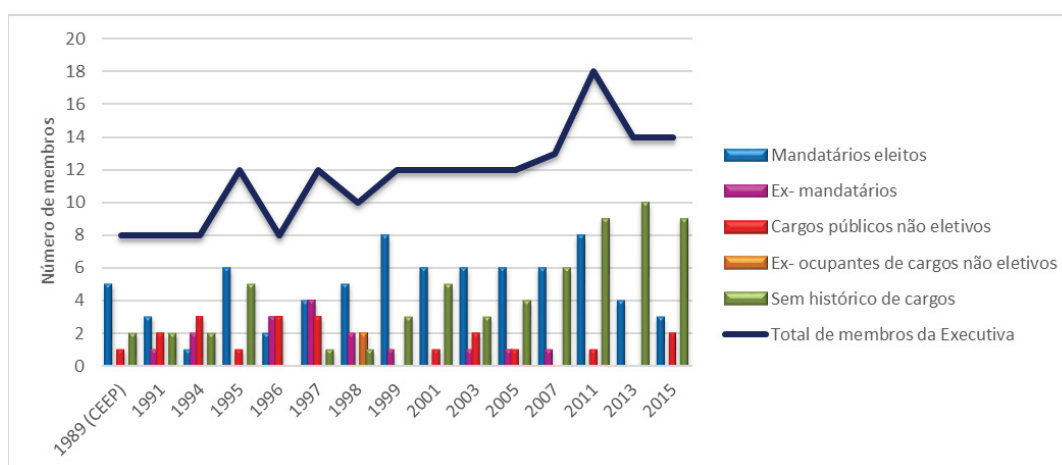
A partir desses dados sobre a composição no nível federal, as mesmas categorias foram utilizadas para analisar os dirigentes das executivas no estado de São Paulo. Os resultados são:

Gráfico 03. Presença da Public-Office nas CEEs do PT



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 04. Presença da Public-Office nas CEEs do PSDB



Fonte: elaboração própria.

A composição CEE paulista petista apresenta poucas modificações do seu perfil ao longo do tempo, indicando que a estabilidade na competição para o governo estadual, induziu a continuidade do perfil da liderança partidária. Sem vitória eleitoral em âmbito estadual, é compreensível às baixas taxas, tanto de ocupantes de cargo público, quanto de ex- ocupantes, sendo as porcentagens de mandatários mantidas por vitórias eleitorais em alguns municípios no estado de São Paulo, e pela conquista de cargos no Congresso. Em comparação com o partido a nível nacional, as CEEs apresentam a dominância da *grass-roots face*, ou seja, os membros advindos da organização interna conseguem acessar as esferas de poder.

Como é observável a Comissão Executiva paulista do PSDB apresenta perfil semelhante à Comissão Executiva Nacional, com presença maciça de mandatários, perfil este alterado a partir de 2011, quando ocorre um processo de modificação intrapartidário que passa a fomentar a presença de redes temáticas, formalizadas em 2013 com a mudança estatutária: os membros das redes temáticas ganham direito de assento e voto nas executivas nos três níveis.

Em comparação com o partido a nível nacional, no estado de São Paulo o PSDB apresenta uma maior porcentagem de membros advindos da organização interna partidária, com maior capacidade de penetração da militância tucana nos órgãos dirigentes. Tal dinâmica está diretamente relacionada com aumento da competitividade entre as facções internas, mobilizando a militância e ampliando os direitos formais de participação. Evidências disso, por exemplo, foi a dinâmica ocorrida nas prévias para prefeitura de São Paulo em 2016.

Dessa forma, a hipótese I, ou seja, que o PT tenderia a possuir Comissão Executivas com menor presença da public-office tanto a nível nacional quanto no estadual do que o PSDB, foi confirmada. De acordo com os resultados obtidos, o PT possui uma presença maior de militantes advindos da burocracia interna partidária. O modelo originário do partido pode explicar esse resultado, pois o partido nasce com fortes ligações com a sociedade civil, enquanto o PSDB se originou de uma ruptura parlamentar, já ligado ao Estado.

3.2 A sobrevivência das elites

Ainda categorizando as Comissões a partir dos membros classificados individualmente, outros indicadores foram utilizados para aprofundar a análise da

permanência e renovação da cúpula e mensurar a validade da **hipótese II**. A hipótese seria que o ganho eleitoral é a variável independente da estabilidade das elites, com isso o PSDB paulista seria mais estável, enquanto que o PT seria mais estável no âmbito nacional.

Para tanto, foram usados os indicadores elaborados por William Schonfeld (1980). Cada dirigente, em cada composição, foi alocado em uma das três categorias: **estreantes**, ou seja, integram pela primeira vez a Comissão Executiva, essa classificação possui uma subcategoria, que são **estreantes de elite**, membros que apesar de nunca ter participado do órgão, exerce ou já exerceu alguma função partidária fora da organização interna (como ser deputado, senador, governador); **os reeleitos**, que são os dirigentes que já compunham a Comissão imediatamente anterior; e os **retornantes**, que são os dirigentes que já participaram de alguma composição, saíram do órgão e retornaram depois de algumas composições.

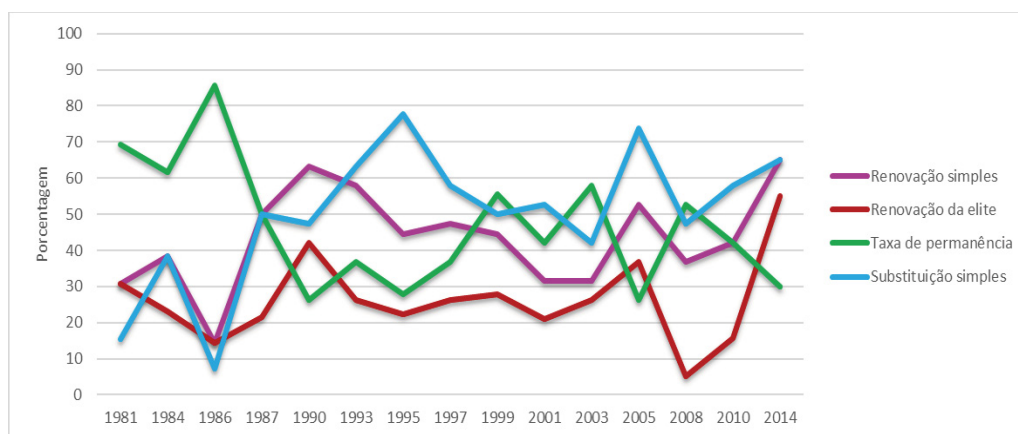
São quatro os indicadores utilizados. O primeiro deles é a **renovação simples**. O objetivo desse indicador é calcular quantos dos membros são estreantes. O segundo indicador é a **renovação da elite**, que calcula o acesso da “nova elite” a instância partidária, observando quais são os membros efetivamente novos e advindos da burocracia interna partidária. Esse indicador é importante pois demonstra a formação e o acesso de novas elites partidárias, com isso, ele agrega as informações sobre o perfil da cúpula e o acesso da nova elite. Sempre o resultado da renovação simples será maior que o da renovação da elite. O terceiro indicador é a **taxa de permanência**, ou seja, calcula-se quanto dos membros permaneceram de uma composição para a outra. Nem sempre o somatório da taxa de permanência com a renovação simples é o total de membros da composição, pois nenhum desses indicadores considera o papel dos retornantes. Para tanto, é calculado o quarto indicador, **a substituição simples**, que capta o “efeito rodízio” dos dirigentes. Dessa forma, são considerados os estreantes e os retornantes e desconta o acréscimo de vagas, pois esse seria um fator inercial, já que o aumento no número de estreantes poderia ser derivado do aumento de vagas, não resultando assim em uma nova elite. (Ribeiro, 2010). Os quatro indicadores foram aplicados em todas as Comissões Executivas, tanto nacional quanto do estado de São Paulo. No entanto, não foi considerada a primeira comissão de cada partido/nível, pois nesse caso, todos os dirigentes são estreantes, o que afetaria o resultado. O quadro abaixo resume esses indicadores:

Indicador	Objetivo
Renovação simples	Mensurar quantos membros são efetivamente novos na composição.
Renovação da elite	Mensurar quantos membros estreantes advém da burocracia interna partidária.
Taxa de permanência	Mensurar quantos membros permanecem de uma composição para a imediatamente posterior.
Substituição simples	Mensurar a rotatividade dos membros, considerando os estreantes e retornantes e descontando o acréscimo de vagas.

Fonte: elaboração própria a partir de Ribeiro, 2010.

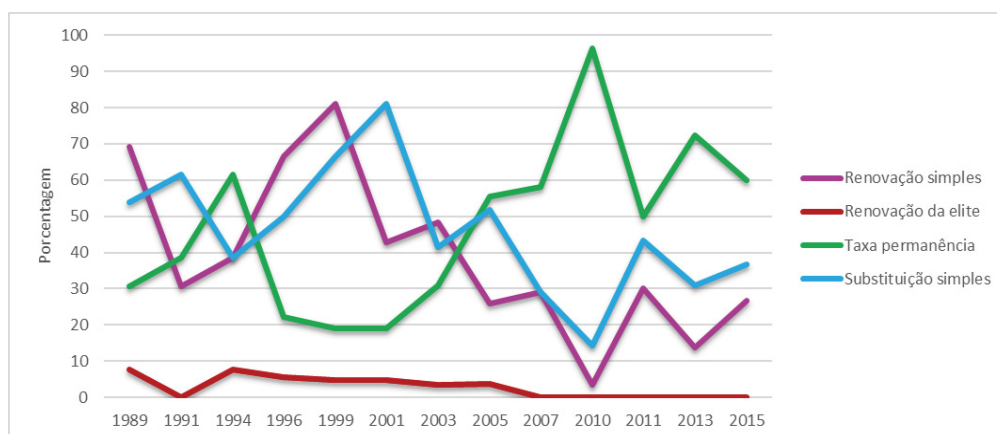
Os resultados encontrados foram:

Gráfico 05. Indicadores de Schonfeld PT Nacional



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 06. Indicadores de Schonfeld PSDB Nacional



Fonte: elaboração própria.

No PT, os níveis variam ao longo do tempo, sem apresentar um padrão. A partir de 2001, a renovação simples do partido tende a diminuir, com dois picos de aumento, um em 2005, explicado por um fator externo a organização, que foi o caso do “mensalão”, no qual vários dirigentes petistas foram denunciados e saíram da cúpula e o outro ponto é mais recente, em 2014, cuja explicação pode derivar do Operação Lava-Jato – choques externos supra-eleitorais.

O indicador renovação das elites no PT nacional apresenta uma taxa média de 26%. No período em que foi oposição nacional, o partido apresentou uma taxa de renovação média de 42%, enquanto que a taxa de permanência foi de 41%. Desde que ganhou as eleições presidenciais em 2002, até a última Comissão Executiva analisada, as taxas médias se mantiveram muito próximas, sendo 46% a renovação simples e 42% a permanência dos membros.

O PSDB Nacional apresenta uma nítida diferença em relação ao PT. O indicador que mais se diferencia é a renovação da elite, pois como mencionado acima, o partido possui uma característica de ser composto por membros *public-office*, e a grande maioria dos estreates possuem esse perfil. Em seis comissões não tem membros estreates que advém da burocracia interna, e nas outras sete comissões apenas um estreatante possui esse perfil. No período em que o partido ocupava o cargo no Executivo federal (1995-2002), o partido tinha uma taxa de permanência média de 20% dos membros, enquanto que a renovação simples era de 63%. Quando ele perde a eleição e se torna oposição a partir de 2003, ocorre o movimento inverso, com a taxa de renovação simples média de 25% e a taxa de permanência em 60%.

A partir dos resultados a nível nacional, procurou-se comparar se o mesmo padrão ocorre no estado de São Paulo – tendo em vista que nesse contexto o PT é sempre oposição e o PSDB governo. As mesmas categorias e observações foram aplicadas, com os seguintes resultados:

Gráfico 07. Indicadores de Schonfeld PT São Paulo

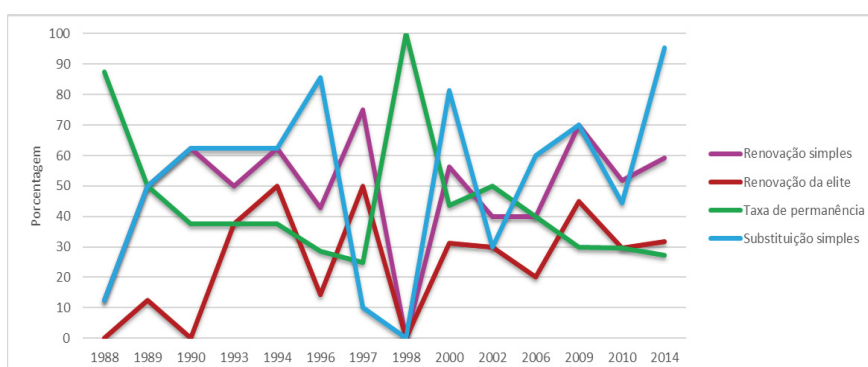
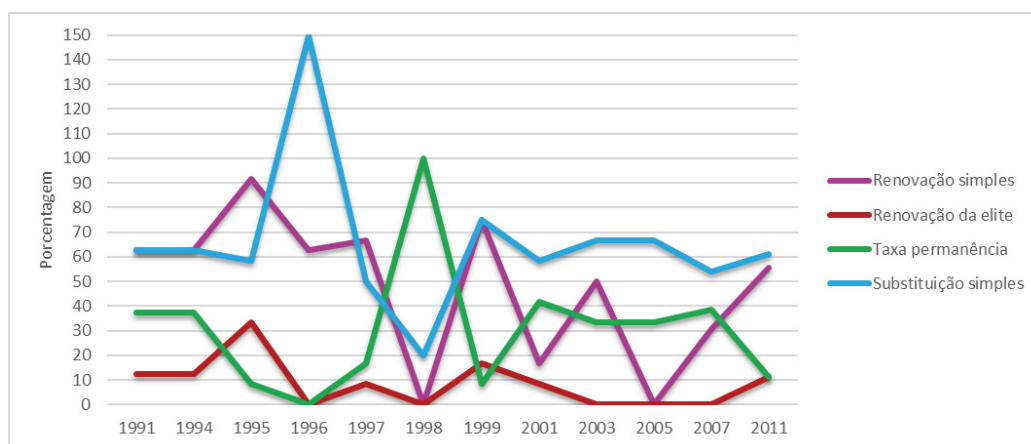


Gráfico 08. Indicadores de Schonfeld PSDB São Paulo

Em São Paulo, desde 1994 o PSDB conquista o executivo do governo estadual, os indicadores apontam que o contexto eleitoral estável paulista não teve força para manter as lideranças peessedebistas, que possuem uma taxa de renovação simples mais significativa que a cúpula petista, tendo uma média de 52%. A maioria das composições tucanas é eleita em anos não eleitorais e possui um grau maior de renovação, o aumento no número de estreantes ocorre de maneira mais elevada em períodos pós- eleitoral, com uma média de 55,5% sendo que em momentos anteriores as eleições as médias de estreantes nas cúpulas diminuem para 33,3%, porém essa renovação não está atrelada a formação de novas elites, os estreantes que compõe as cúpulas partidárias são em sua maioria membros que já possuem cargos fora da máquina partidária, como deputados estaduais, deputados federais, etc., e quando ocorre à formação de uma nova elite ela está atrelada ao aumento no número de vagas das composições.

Neste sentido, os dados apontam para uma instabilidade nas composições tucanas, o sucesso eleitoral não fomentou a permanência das lideranças na cúpula estadual. Todavia, a mudança não propiciou a formação de uma elite nova, e sim, estreantes que já possuíam cargos fora da máquina partidária. Tratando-se do retorno de pessoas que compunham a comissão pretérita, o PSDB apresenta uma média muito mais considerável do que a executiva paulista do PT, a média fica em torno de 23%. No caso do PT a questão se inverte, o partido experimenta grandes dificuldades de assimilação no estado de São Paulo, não obtendo sucesso em nenhum pleito disputado para o executivo estadual paulista. Os dados apontam que os insucessos na arena eleitoral, tornam o ambiente intrapartidário mais previsível para a cúpula petista. Em todos os

anos de disputas eleitorais, ocorreram eleições para as composições, a média de renovação simples é de 48 %, porém em contraposição ao perfil das composições tucanas, ela apresenta um grau elevado de conformação de novas elites, com uma média de renovação de elite de 30%, em contraposição a média peessedebista de apenas 8%. Ao observarmos a quantidade de membros que retornam a executiva após um período de ausência, a média em relação à composição tucana cai para 7,27%.

Após a análise em ambos os níveis a partir dos membros classificados individualmente, um último indicador de Schonfeld (1980) foi considerado. A taxa de sobrevivência busca avaliar a permanência e coesão da cúpula como uma coalizão. Esse índice é calculado levando em consideração quantos dos membros permaneceram ininterruptamente na Comissão Executiva ao longo dos anos subsequentes, portanto, são considerados apenas os membros reeleitos e não os retornantes. . Dessa forma,

tomando como exemplo uma instância que teve sua primeira formação em 1990 e que se renovou a cada três anos, serão calculadas as proporções de dirigentes “sobreviventes” em 1993, 1996 etc. em relação à composição de 1990, as proporções de 1996, 1999 etc. em relação aos dirigentes de 1993, e assim por diante (considerando-se apenas os dirigentes que permanecem de maneira ininterrupta, após sua primeira eleição para o órgão). Esse índice talvez seja o mais capaz de captar a formação e estabilização de oligarquias dirigentes. “Por outro lado, permite avaliar processos de mudança brusca na correlação interna de forças e de desgaste de gestões específicas, cujos membros desaparecem da instância nas formações subsequentes” (Ribeiro, 2014, p. 185).

Tabela 03. Taxa de sobrevivência PT Nacional

Taxa de Sobrevivência	1980	1981	1984	1986	1988	1990	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2008	2010	2014
1980 (CP)	11	8	5	5	3	1										
1981		13	8	7	3	1										
1984			13	12	5	1										
1986				14	7	2										
1988					14	5	1									
1990						19	7	2	1	1						
1993							19	5	3	2						
1995								18	7	5	3	2				
1997									19	10	6	5	1	1		
1999										18	8	6	1	1		
2001											19	11	3	2		
2003												19	5	4		
2005													19	10	1	
2008														19	8	
2010															19	5
2014																20

A taxa de sobrevivência da composição nacional do PT é pequena, apenas um ou dois membros permanecem durante um longo período de tempo nas comissões. A média de permanência é de apenas três composições. No caso do PT não foi possível calcular a permanência do núcleo duro da Comissão Executiva, ou seja, o presidente,

A taxa de sobrevivência da cúpula estadual peessedebista é pequena, seus membros permanecem em média duas composições. Porém ao observarmos as áreas de incerteza (PANEBIANCO, 2005) como o cargo da tesouraria, responsável pelos recursos financeiros do partido, a permanência é maior, apenas cinco pessoas tiveram acesso ao cargo, das 15 composições analisadas. Na cúpula petista a taxa de sobrevivência é mais significativa, os membros permanecem em média 3,5 composições. Porém ao observarmos o cargo responsável pelas finanças do partido na executiva estadual, a rotação foi maior, das 15 comissões analisadas, 8 membros tiveram acesso ao cargo. Os dados apontam que as vitórias eleitorais propiciam a rotatividade das lideranças partidárias, assim como demonstram as taxas de renovação. As derrotas tenderam a propiciar a permanência das lideranças por um tempo mais considerável, principalmente se observarmos as cúpulas petistas no estado de São Paulo, em contraposição as comissões peessedebistas. As perdas eleitorais forçaram as lideranças partidárias a forjar uma organização mais sólida, frente à escassez de recursos advindos das derrotas eleitorais.

Logo, os dados apontam que a hipótese II não é válida. O acesso ao governo não engendra maior estabilidade das composições das executivas partidárias. Contrariamente ao que se esperava o acesso ao governo incentivou a renovação interna dos partidos analisados. O acesso a recursos vitais a sobrevivência partidária com vitórias eleitorais, aumentam a interação do partido com o ambiente externo, resultando em maior acesso a cargos fora da máquina partidária, como cargos no governo, acesso a prefeituras e demais órgãos governamentais (distribuídos como forma de incentivo seletivo para os membros), possibilitando uma maior renovação da cúpula dirigente. Com isso, o volume de trocas com o ambiente aumenta, e o partido passa a negociar com outros agentes, levando em consideração outras arenas de atuação. Ao contrário do proposto por Janda (1990), o choque externo mais relevante é o sucesso eleitoral e não o fracasso. Já a estabilidade encontrada nas cúpulas petistas diz respeito a sua estrutura organizativa hierarquizada, que corrobora para maior controle das instâncias subnacionais, mesmo em cenários de derrotas, a cúpula menos parlamentarizada das comissões petistas diminuem o impacto da variável eleitoral,

4. CONCLUSÕES

O artigo buscou compreender o impacto do sucesso e derrota eleitoral na composição das Comissões Executivas Nacionais e do estado de São Paulo do PT e do PSDB, por meio da análise das comissões executivas eleitas desde a fundação dos partidos, até as mais recentes, sendo 60 composições analisadas.

A partir dos dados apresentados foi possível avaliar se as hipóteses apresentadas são válidas ou não. A hipótese I, relativa a parlamentarização da cúpula, se mostrou válida. O PT, em ambos os níveis possui uma presença maior de membros advindos da burocracia interna partidária. Essa relação está intimamente correlacionada com o modelo originário do partido, correlacionado com a sociedade civil. (RIBEIRO, 2010).

Já o PSDB demonstrou que a base partidária consegue ter acesso ao nível estadual, mas elas não conseguem atingir o nível nacional, que é dominado por membros com cargos eletivos ou que em algum momento já possuíram essa categoria de cargo, ou seja, a *public-office*. O processo ocorre de forma concomitante a uma maior centralização do partido, que tem agido de forma mais enérgica em relação às coligações estaduais, aos lançamentos de candidaturas próprias nos municípios e, principalmente, nos estados. Frente aos repetidos fracassos nas disputas eleitorais para o executivo nacional, buscou-se a estruturação de uma organização mais sólida, de caráter mais centralizado nacionalmente e decisoriamente (RIBEIRO, 2010).

Em relação a hipótese II, que tinha como premissa que as elites vencedoras apresentam maior estabilidade ao longo do tempo, ela não se mostrou válida. No caso do PT, não foi o choque externo relativo a perda ou ganho das eleições que produziu impacto suficiente para uma mudança de forças dentro das Comissões Executivas. Tanto a taxa de permanência, quanto a taxa de renovação, em ambos os níveis independente da perda ou ganho nas arenas eleitorais, continuaram na faixa de 40-50%. Os dados apontam que os ganhos eleitorais em nível nacional após o ano de 2002 não alterou as taxas de renovação e permanência, ao compararmos com o cenário de sucessivas derrotas eleitorais no estado de São Paulo. O grau de centralização do partido, pode ser variável explicativa para a estabilidade, tanto das composições nacional, quanto do nível estadual, tendo em vista a hierarquização partidária.

Já o PSDB, cuja maioria das composições são eleitas em anos não eleitorais, demonstrou um resultado contrário ao esperado pela hipótese. Quando o partido foi governo no nível nacional (1995-2002), ele apresentou uma taxa média de renovação em torno de 63%, enquanto que o partido como oposição (2003-2015), teve uma taxa média de renovação de 25%. Uma hipótese alternativa pode ser encontrada na interação do partido com o ambiente após vitórias eleitorais, este passa a ter acesso a recursos vitais para a sobrevivência do partido, assim como, ganho de força eleitoral nos demais pleitos disputados, o que aumenta a troca com o ambiente externo.

De maneira geral, o trabalho buscou contribuir com as discussões acerca das mudanças partidárias, á partir da ótica dos objetivos partidários, analisando o impacto das derrotas e sucessos nas arenas eleitorais, e como elas incidem sobre as lideranças partidárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, O. (2010). As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. Tese Doutorado, UNICAMP: Campinas, SP.
- BIEZEN, I. van . (2003) *Political Parties in New Democracies: Party Organization in Southern and East-Central Europe*. London: Palgrave Macmillan.
- DALTON, R; WATTENBERG, (2000). *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford:Oxford University Press.
- DUVERGER, M. ,(1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. (2007). *Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira*. In MELO, C. R. & ALCÁNTARA, M. (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- GUARNIERI, F., (2011) *A força dos partidos “fracos”*. Dados- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, nº1, pp. 235-258.
- GAUJA, A. (2017) *Party Reform: The Causes, Challenges, and Consequences of Organizational Change*, Oxforduniversitypress: Oxford.
- HARMEL, R. (2002). *Party organizational change: competing explanations?* Em Luther, Kurt Richard & MÜLLER – Rommel Ferdinand (eds.). *Political parties in the new Europe: political and analytical challenges*, Oxford, Oxford University.
- HARMEL, R., and JANDA K.. 1994. “An Integrated Theory of Party Goals and Party Change.” *Journal of Theoretical Politics*, 6(3): 259–87.
- JANDA, K. *Toward A Performance Theory of Change in Political Parties*, 2th World Congress of the International Sociological Association, Research Committee 18, Session 4, "Modelling Party Change," Madrid, Spain, July 9-13, 1990
- KINZO, M. D.. (2004). “*Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n.54, pp. 23-40.
- KATZ, R. & MAIR, P., (2009), *The Cartel Party Thesis: A Restatement. Perspectives on Politics*, 7(4), p. 753-766.
- LAMOUNIER, B. (1989). *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Loyola.
- LIMONGI, F. (2010) CORTEZ, ; *As eleições de 2010 e o quadro partidário*. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.88.

MARQUES, JR. (1996); FLEISCHER, D. PSDB: da facção a partido. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, Editora Positiva.

MENEGUELLO, R. (1989). *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MICHELS, R. (2001), *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa, Antígona.

NOGUEIRA, J. V. (2003) *La organización de los partidos políticos (I)*. In Curso de partidos políticos, Akal, Madrid.

PANEBIANCO, A., (2005). *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo. Martins Fontes.

PEREIRA, C. & MUELLER, B. (2003). *Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil*. Dados, v. 46, n.4, p. 735-771.

RIBEIRO, P. F.,(2010). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP.

_____. (2013) *Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos*. Revista Brasileira de Ciência Política, n.10, p. 225-265.

_____. (2014a) *A lei da oligarquia de Michels modos de usar*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n.85, p. 179- 193. 17

_____. (2014b) *Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros*. Revista de Sociologia e Política, v.22, n.52, p.121-158.

ROMA, C., (2002). *A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92.

_____. (2006) *Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada*. América Latina Ho , Salamanca, n. , p. 153-184.

SCARROW S. POGUNTKE, T, e WEBB, P D Party rules, party resources, and the politics of parliamentary democracies: how parties organize in the 21st Century. Party Politics, 22 (6). pp. 661-678.

SCHONFELD, W.. (1980), *La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti socialiste et du mouvement gaulliste*. Revue Française de Science Politique, 30, 477-505.

SAMUELS, D. (2004). From Socialism to social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Worker's Party in Brazil. Comparative Political Studies 37 (9) (November): 999-1024.

VAN HAUTE, E. e GAUJA, A. (eds.), Party Members and Activists. London: Routledge, 2015.

